

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

**Investigação Científica nas Ciências
Sociais Aplicadas
2**

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-689-8 DOI 10.22533/at.ed.898190710</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas” publicado pela editora Atena, apresenta 40 pesquisas realizadas com temáticas que contribuem para conhecermos um pouco mais sobre a sociedade em que vivemos, bem como, sobre os desafios e estratégias relacionadas a esta.

Os artigos foram organizados em sete seções, além de dois artigos que trazem temas gerais para o debate. As seções estão divididas conforme segue: Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Organizacional; Meio Ambiente e Economia; Políticas Públicas; Formação Profissional: Ensino, pesquisa e extensão; O feminino e as diferentes interfaces com as relações de gênero e Relações sociais: representações e reflexões;

O e-book apresenta caráter interdisciplinar e as publicações fundamentam o debate sobre temas que são centrais para a sociedade contemporânea. Possibilitam reconhecer e dar visibilidade às relações estabelecidas com os temas propostos e os aspectos econômicos, enquanto categoria central para se pensar nos desafios e estratégias postos para a vida em uma sociedade capitalista.

Destaca-se a seção que trata do tema “Formação Profissional”, em que são apresentados seis pesquisas voltadas para o reconhecimento da importância e contribuição do ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento regional e prestação de serviços à população.

Os artigos e seções mantêm articulação entre si e contribuem para a divulgação e visibilidade de pesquisas que se voltam para o reconhecimento das estratégias e necessidades postas para vida em sociedade no atual contexto social, econômico e político.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

IV. POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

IMPORTÂNCIA DA CADEIA DE CUSTÓDIA E O PROCESSO DE REVITIMIZAÇÃO DAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL NA CIDADE DE PORTO NACIONAL-TO, BRASIL

Daniel Pires

Vanessa da Silva Matos Galvão

Fabiana Martins Venturini Andrade

DOI 10.22533/at.ed.8981907101

CAPÍTULO 2 12

INVESTIMENTOS PÚBLICOS E A GERAÇÃO DE EMPREGOS

Mírian Rampi

DOI 10.22533/at.ed.8981907102

CAPÍTULO 3 22

PERCEPÇÃO DE FAMILIARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE FAMÍLIAS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM APÓDI/RN

Vinícius Costa Maia Monteiro

Adriano da Costa Belarmino

Antônio de Pádua César Freire

Fernando Camanducaio Sales Leiteo

Isaac Newton Machado Bezerra

Jocasta Maria Oliveira Moraes

Maria da Conceição Lima Alves

Moisés de Oliveira Freire

Mônica Laís de Moraes

Newton Chaves Nobre

Pablo Ramon da Silva Carvalho

Verenilson de Paiva Silva

DOI 10.22533/at.ed.8981907103

V. FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CAPÍTULO 4 34

PESQUISA CIENTÍFICA E JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Laís de Almeida Veiga

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima

DOI 10.22533/at.ed.8981907104

CAPÍTULO 5 40

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A CONTRIBUIÇÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE 2008 A 2016

Mariane Rodrigues Volz de Aguiar

Adriano Correia Rodrigues

Jairo da Luz Oliveira

Sheila Kocourek

DOI 10.22533/at.ed.8981907105

CAPÍTULO 6 52

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ASSESSORIA TÉCNICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO

Iara Pezzuti dos Santos
André Siqueira de Mendonça
Raul Pacheco Lemos dos Santos
Margarete Maria de Araújo Silva

DOI 10.22533/at.ed.8981907106

CAPÍTULO 7 64

DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA VISÃO SOBRE A ÉTICA NA PROFISSÃO

Maria Helena Silva Gonzaga

DOI 10.22533/at.ed.8981907107

CAPÍTULO 8 74

A FENOMENOLOGIA DA ADOÇÃO: REFLEXÃO SOBRE A TEMÁTICA NO AMBIENTE ACADÊMICO DO CURSO DE DIREITO

Geraldo Alves Lima
Francisco Adaldson Junior Veras

DOI 10.22533/at.ed.8981907108

CAPÍTULO 9 92

PROJETO CIVIS: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

William Mog
Lívia Teresinha Salomão Piccinini
Renata de Figueiredo
Beatriz da Fé Reis

DOI 10.22533/at.ed.8981907109

VI. O FEMININO E AS DIFERENTES INTERFACES COM AS RELAÇÕES DE GÊNERO

CAPÍTULO 10 105

“DESINVIBILIZANDO AS MULHERES EM CONTEXTO MIGRATÓRIO INTERNO”: INTERFACES ENTRE MIGRAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO

Guélmer Júnior Almeida de Faria
Maria da Luz Alves Ferreira
Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

DOI 10.22533/at.ed.89819071010

CAPÍTULO 11 121

UMA ANÁLISE FEMINISTA ATRAVÉS DAS GERAÇÕES ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA MILITÂNCIA SINDICAL RURAL PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES

Débora Bianco Lima Garbi
Jáder Ferreira Leite
Elisa Maria Andrade Brisola

DOI 10.22533/at.ed.89819071011

CAPÍTULO 12 130

ECONOMIA CRIATIVA E SUSTENTABILIDADE RURAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE MULHERES ARTESÃS DO SEMIÁRIDO ALAGOANO

Silvania Monteiro da Silva

Manoel Valquer Oliveira Melo

DOI 10.22533/at.ed.89819071012

VII. RELAÇÕES SOCIAIS: REPRESENTAÇÕES E REFLEXÕES

CAPÍTULO 13 142

O MORTO E SUA REPRESENTAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DA ANTROPOLOGIA SIMBÓLICA

Davi Kiermes Tavares

José Paulo Siefert Brahm

Diego Lemos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.89819071013

CAPÍTULO 14 155

REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DA SOCIEDADE EM REDE DE CASTELLS E A TEORIA DA REDE DE AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS

Lademir José Cremonini

Odete Maria de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.89819071014

CAPÍTULO 15 174

DIGNIDADE HUMANA E LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA: A TELA DA SOLIDARIEDADE

Ailana Amaral Alves

DOI 10.22533/at.ed.89819071015

CAPÍTULO 16 181

DO GLAMOUR AO CHOQUE: A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA DA MODA DE REI KAWAKUBO NA DÉCADA DE 1990 A PARTIR DE CONCEITOS BENJAMINIANOS

Camila Carmona Dias

DOI 10.22533/at.ed.89819071016

VIII. TEMAS GERAIS

CAPÍTULO 17 193

UMA QUOTA DE CONTROVÉRSIAS SOBRE AS PESQUISAS ELEITORAIS

Luci Nychai

Jaíne Machado

DOI 10.22533/at.ed.89819071017

CAPÍTULO 18 219

ÍNDICE DOS ATOS DE INFRAÇÕES COMETIDOS PELOS CONTADORES FISCALIZADOS

Mariana de Oliveira Santos

Joice da Cunha Soares

Lilane de Araújo Mendes Brandão

DOI 10.22533/at.ed.89819071018

CAPÍTULO 19	226
PAISAGEM URBANA E IMPACTO DE VIZINHANÇA: CONSEQUÊNCIAS DA INSERÇÃO DE UM EDIFÍCIO NO ESPAÇO URBANO	
<i>Susie Fonseca de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89819071019	
SOBRE A ORGANIZADORA	243
ÍNDICE REMISSIVO	244

PAISAGEM URBANA E IMPACTO DE VIZINHANÇA: CONSEQUÊNCIAS DA INSERÇÃO DE UM EDIFÍCIO NO ESPAÇO URBANO

Susie Fonseca de Souza

Universidade de São Paulo/Instituto de Arquitetura
e Urbanismo

IAU/USP, São Carlos - SP

RESUMO: Impactos são efeitos provocados em alguma coisa ou lugar, a partir de uma ação, tornando-se seus reflexos diretos ou indiretos. Quando produzem mudanças na paisagem da cidade, tais efeitos são quase sempre percebidos positivamente. Compreendendo a paisagem urbana como ambiente resultante da técnica, sendo esta um meio de transformação e construção, o texto apresenta uma análise das interferências ocorridas no espaço urbano, em função da inserção de um *shopping center* e pela observação das alterações visuais e estruturais na paisagem de seu entorno. Inicialmente, para efeito de comparação, foram utilizadas imagens aéreas obtidas de fonte digital – tomando períodos anteriores e posteriores à construção do edifício, e fotos captadas em três áreas específicas, localizadas em pontos determinados, que foram diretamente modificados em sua configuração territorial e sua infraestrutura, assim como em sua paisagem. Utilizando o conceito de “impacto de vizinhança”, a presente abordagem trata dos impactos provocados na área do entorno do edifício, observando a estrutura

urbana construída para favorecer sua inserção, e ainda, as consequências relacionadas às características de sua área de influência.

PALAVRAS-CHAVE: Impacto de Vizinhança. Paisagem Urbana. Cidade.

URBAN LANDSCAPE AND NEIGHBORHOOD IMPACT: CONSEQUENCES OF THE INSERTION OF A BUILDING IN THE URBAN SPACE

ABSTRACT: Impacts are effects brought about in something or place, from an action, becoming their direct or indirect reflexes. When it causes changes in the city’s landscape, such effects are almost always perceived positively. Understanding the urban landscape, as an environment resulting from the technique, being this a means of transformation and construction, the text presents an analysis of the interferences occurred in the urban space, due to the insertion of a shopping center, by the observation of the visual and structural changes in the landscape of its surroundings. Initially, for comparison purposes, aerial images obtained from a digital source were used - taking periods before and after the construction of the building. By the same purpose, some photos captured in three specific areas, located at determined points, which were directly modified in their territorial configuration and their infrastructure, as well as in its landscape. Using the concept

of "neighborhood impact", the present approach deals with the impacts caused in the area surrounding the building, observing the urban structure built to favor its insertion, and also the consequences related to the characteristics of its area of influence.

KEYWORDS: Neighborhood Impact. Urban landscape. City.

1 | INTRODUÇÃO

A intenção de avaliar as consequências e impactos de um edifício implantado na área específica parte do ponto de vista pessoal; uma vez que o fato de ser moradora de um dos bairros mais diretamente influenciados pela construção do “Shopping Center Vila Velha”, localizado nas proximidades, favoreceu a observação mais próxima das mudanças perceptíveis na paisagem urbana e na configuração das vias ligadas ao novo edifício. No período durante e após sua construção, tais mudanças foram prontamente percebidas, com a melhoria da sinalização e da iluminação pública, além da ampliação de ruas para acesso direto ao edifício. Para confirmar estas impressões, foram também consultados outros moradores da vizinhança, e pequenos comerciantes localizados em determinados pontos e vias, intencionando obter informações sobre os efeitos produzidos na sua apreensão, bem como sua opinião pessoal a respeito da presença do shopping nas imediações.

Ao buscar o entendimento a respeito de paisagem, cabe a reflexão sobre seus conceitos, sob o aspecto da percepção visual e questões formais. Assim, procuramos identificar e relacionar alguns elementos de sua construção – especificamente na construção da paisagem urbana, compreendida por Cullen (1983) como a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano. Compreendendo o urbano como um modo de vida em espaços construídos e comumente identificados pela sua forma na paisagem, ao observarmos suas transformações, ponderamos a “técnica” como meio pelo qual essa paisagem é transformada. Na sequência, lançamos a ideia de um “objeto técnico”, representado pelo edifício de grande porte que se insere em um enclave territorial entre três bairros, caracterizados como prioritariamente residenciais, embora diferenciados quanto à volumetria e tipologia de suas edificações e ao traçado de suas ruas, bem como à estrutura urbana constituída ao longo do tempo.

Após essas considerações, seguimos à observação do ambiente urbano alterado e da paisagem modificada em consequência da inserção do *shopping center*, a partir da percepção visual do espaço requalificado. Para auxiliar essa análise foram utilizadas imagens de satélite da área, captadas de períodos diferentes, buscando constatar as transformações visuais e estruturais percebidas no espaço urbano. Para observar as mudanças atribuídas à inserção do edifício na perspectiva mais próxima, em nível do solo, foram obtidas fotografias do período recente, nos pontos destacados como efetivamente alterados em decorrência da construção do edifício. A intenção é

constatar o que constituiu esta paisagem e qual a natureza dos impactos causados ao lugar.

Em seguida, avaliamos o conceito de vizinhança no espaço urbano, refletindo sobre os efeitos produzidos em consequência da presença de um edifício de grande porte, levando-se ainda em conta suas características formais e funcionais. Vale considerar que a inserção de um elemento da natureza de um *shopping center* altera significativamente o entorno, gerando impactos tanto na paisagem (não apenas sua percepção visual), quanto em sua infraestrutura, além de interferir na mobilidade e acessibilidade das pessoas, entre outras consequências. Portanto, reconhecendo-se a importância da avaliação dos impactos por meio do instrumento legal denominado Estudo de Impacto de Vizinhança, constatamos que, no caso em questão, substituiu-se o Estudo por outra solução, com o objetivo de amenizar os impactos negativos e compensar as possíveis alterações estruturais, muito além do aspecto da paisagem.

Para proceder a uma análise do espaço modificado, que configura a área de influência do edifício, intentamos uma observação mais detida: tendo como ponto de partida as modificações da paisagem, destacamos três áreas específicas situadas no entorno imediato do edifício. Lançando o foco para a análise das impressões, separadamente em cada trecho destacado, com o objetivo de comparar as condições estruturais então produzidas, seguem-se as considerações finais.

2 | PAISAGEM E TERRITÓRIO: A TÉCNICA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE

Ao tomar inicialmente o termo pelo aspecto da percepção visual, *paisagem* pressupõe uma relação direta com a visão humana, tendo-se também em conta as proposições de Gordon Cullen (1983) e seus conceitos sobre sua apreensão visual e sensorial. Ao consultar o dicionário, encontramos a definição de “paisagem” como “extensão de território que se abrange com um lance de vista”; que corrobora com o entendimento de Milton Santos (2008, p.103) – da paisagem como um “conjunto de objetos reais-concretos e a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão”.

Juan Mascaró (2008) propõe que *paisagem*, também definida como um “espaço aberto”, pode ainda ser entendida como uma “realidade ecológica, materializada fisicamente num espaço que se poderia chamar de natural (se considerado antes de qualquer intervenção humana)” (MASCARÓ, 2008, p.15). Segundo o autor, devido ao fato de se inscreverem elementos construídos pelo homem, impondo à paisagem sua *cultura*, admite-se a designação de “paisagem cultural”. Ainda conforme Mascaró, a palavra “paisagem” tem, em sua raiz etimológica, a conotação espacial geográfica, reforçando-se sua direta ligação com o território. O autor acrescenta que a partir do século XIX, o termo *paisagem* encerra a dicotomia entre cidade e campo, ou “entre a vida inóspita e artificial das cidades e a natureza”, atribuindo à cidade o conceito

de “paisagem globalizante na qual, sobre um substrato natural é impressa a ação do homem” (MASCARÓ, 2008, p.15). Reconhecendo assim a cidade – paisagem urbana – como território de transformações por meio das ações humanas, podemos admitir também que “a cidade pode ser vista como uma história, [...] um espaço de produção e de distribuição” (LYNCH, 2012, p.44).

Ao pretendermos avaliar mudanças em uma determinada paisagem, conseqüentemente percebidas e experimentadas por seus habitantes, deparamos com o sentido pragmático e “técnico” da sua construção, ora considerando que, segundo Santos, “são as técnicas que nos dão a estrutura de um lugar” (SANTOS, 2008, p.58). Nestes termos, o conceito de paisagem e da técnica como transformadora do espaço urbano admite o pensamento de alguns autores que preconizam a técnica como fruto do trabalho humano, caracterizando o homem como um “fazedor de paisagens” (SANTOS, p. 33), que, na cidade, são constituídas ao longo do tempo. Portanto, entendendo também a técnica como um dos meios pelos quais é construída a cidade, tomamos de empréstimo o que Santos afirma sobre paisagem como “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.” (SANTOS, 2008, p.103).

Considerando a arquitetura um dos meios técnicos utilizados na construção e transformação do espaço da cidade, um edifício – “objeto arquitetônico”, apresenta-se como elemento que redefine, reconstrói e constitui a paisagem. Um grande edifício, como o que será destacado nesta análise, devido à sua atividade e ao seu porte, e também com relação ao espaço em que se insere, constitui um elemento representativo do que R. Lobato Corrêa (2003) caracteriza como “proprietários dos meios de produção”:

[...] grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes **consumidores de espaço**. Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas [...] ou em locais de ampla acessibilidade à população. (CORRÊA. 2003, p. 13; grifo meu).

Em conseqüência da sua ocupação no território, grandes edifícios produzem grandes reflexos no local: pelo interesse do próprio empreendedor, os percursos passam a ser recriados ou ampliados, deslocamentos precisam ser facilitados. Inevitavelmente, as conseqüências se estendem a uma área de maior abrangência, porquanto tais empreendimentos são, potencialmente atrativos e geradores de tráfego. Como referenciais e centros polarizadores, além de influenciadores no processo de urbanização, estes empreendimentos se tornam responsáveis, conjuntamente, por mudanças que se colocam como “fluxos espaciais resultantes, [...] características físicas que modificam o espaço de um modo significativo” (LYNCH, 2012, p.53).

3 | HISTÓRICO: TRANSFORMAÇÕES VISÍVEIS E EFEITOS INVISÍVEIS

Inicialmente, com o propósito de analisar as transformações na paisagem do entorno imediato do edifício em questão, denominado “Shopping Vila Velha”¹, propomos a comparação destas transformações desde um período anterior à sua inserção, para, em seguida, considerar as condições observadas a partir de sua construção e seu funcionamento. Em busca de uma breve análise do processo de evolução da área circundante ao edifício do *shopping*, com o objetivo de identificar as transformações morfológicas e as mudanças estruturais ocorridas, procuramos localizar resultados aparentes dessas transformações. Para auxiliar nessa análise foi utilizado um recurso digital que possibilitasse um tipo de reconstituição histórica, tomando imagens de dois períodos distintos, constatando-se as diferenças físicas da área em estudo².

Verificamos também, nessa comparação entre os dois períodos, as consequências da desobstrução de uma rua – antes interrompida por um canal (que configurava um tipo de fronteira territorial). De modo complementar, constatamos as alterações visuais e estruturais também perceptíveis por parte dos moradores da área próxima, após a construção de uma ponte que daria acesso direto ao *shopping*.

Os chamados “vazios urbanos” – parcelas do território, remanescentes de áreas, ou terrenos subutilizados, em muitos casos permanecem por longo período nestas condições. Muitas vezes, como objeto de especulação imobiliária, à espera de valorização, por óbvio interesse do mercado da construção civil, esses espaços vagos, além de tipificarem o descumprimento de sua função social, representam obstáculos à continuidade do tecido urbano. Por diversas razões, esses vazios se configuram também como barreiras, gerando vários fatores negativos, como segregação e desvalorização das áreas vizinhas.

Tais “fronteiras”, como afirma Jane Jacobs (2000), também acabam por “formar hiatos de uso em suas redondezas” cujas “áreas subjacentes” menos frequentadas, e que se tornam áreas estéreis, simplificadas, motivam um processo de “desconstrução ou deterioração” (2000, p. 287). Tais relações se aplicam ao contexto e se aproximam das características do grande espaço vazio onde mais tarde se instalaria o novo edifício.

Na imagem a seguir (Figura 1), observa-se a configuração da área em período anterior à construção do edifício, constatando-se que o grande terreno que por anos permaneceu vazio, e, por conseguinte, a área em seu entorno, constituíram-se como

1 O Shopping Center “Vila Velha”, anunciado como o maior do Estado do Espírito Santo, foi inaugurado em agosto de 2014, após um período de cerca de 2 anos de construção. Localiza-se sobre um terreno de 140 mil m², possui 71 mil m² de área bruta locável, 233 lojas satélites, um hipermercado, 8 megalojas, 18 lojas âncoras, 4 mil vagas de estacionamento, uma área externa de eventos (10 mil m²) que abriga diversas atividades culturais, entre outras atrações. (informações: www.shoppingvilavelha.com.br)

2 Para uma leitura geral das alterações visíveis na morfologia e das mudanças estruturais da área em questão, o único modo disponível que possibilitasse uma comparação, foi a utilização de imagens do *Google Earth*, ferramenta eficaz para este propósito, por disponibilizar algumas imagens do passado, que auxiliaram na montagem de uma ‘linha do tempo’ (pelo modo de visualização de “imagens históricas”). (<https://www.google.com/earth/>).

obstáculos “naturais” que funcionavam como barreiras territoriais, reforçando sua configuração de espaços igualmente subutilizados e descontínuos.

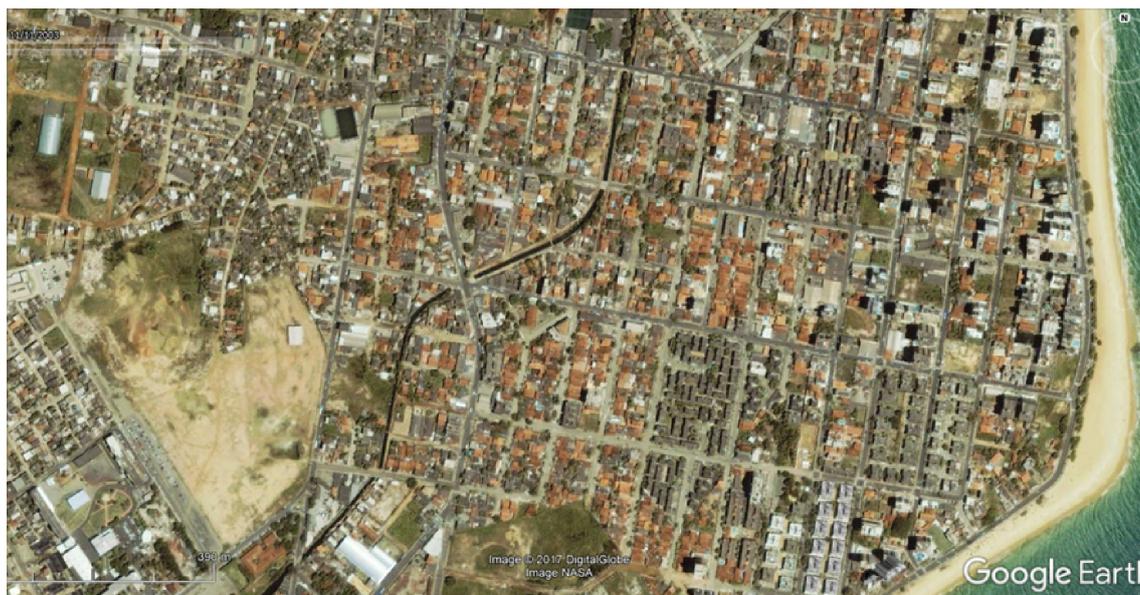


Figura 1 – Imagem aérea da área de como se configurava anteriormente (2010) – no destaque, o recorte mais aproximado pela figura 2

(Fonte: Google Earth)

No recorte em destaque (Figura 2) evidencia-se a interrupção da rua, pelo canal que separava dois trechos entre esta e outro terreno vazio. Este canal também representava uma “fronteira” que por muito tempo separou as áreas como dois territórios distintos, impondo-se como demarcador do espaço e também como obstáculo ao percurso.



Figura 2 – Recorte da área em destaque na figura 1; na indicação por seta, o ponto de visada da figura 5 (imagem do ano de 2010 -

Fonte: Google Earth)

Conseqüentemente à inserção do edifício, houve uma mudança considerável no trecho em destaque (Figura 3). Com a ampliação e reurbanização da rua existente, fez-se a ligação entre as duas áreas anteriormente separadas, gerando um fluxo

significativo que reconfigurou a rua.



Figura 3 – Imagem aérea da área em sua configuração atual – no destaque, o recorte mais aproximado pela figura 4

(Fonte: Google Earth)

O que era antes uma via secundária e hierarquicamente inferior, tornou-se um dos principais acessos diretos ao edifício e uma importante via de ligação, que passou a ser alternativa para o sistema viário local (Figura 4).



Figura 4 – Recorte da área em destaque na figura 3; na indicação por seta, o ponto de visada da figura 6 - imagem atualizada.

(Fonte: Google Earth)

Nas imagens a seguir, captadas do local (Figuras 5 e 6), podemos observar nas duas situações (anterior e atual), diferenças tanto visuais quanto estruturais. A princípio, a impressão positiva de que a rua, em consequência das novas infraestruturas, ganhou vida também por sua nova função de via de acesso ao edifício do *shopping*, característica positivamente reconhecida, principalmente pelos moradores do entorno.



Figura 5 – (esq.) imagem captada na parte final da rua (indicada na figura 2), na situação em que se encontrava o lugar em uma imagem do ano de 2010.

(Fonte: *Street view* - Google Earth)

Figura 6 – (dir.) imagem do trecho da Rua Belém, tomada do mesmo ponto de visada, (como indicada na figura 4) como se configura atualmente; ao fundo, parte do edifício do *shopping center*.

(Fonte: acervo pessoal)

Pelas imagens acima, notamos a diferença de percepção visual, quando consideramos o foco no edifício do shopping ao fundo (Figura 06). Como podemos observar, a ponte construída para transpor o canal e favorecer a continuidade da rua, também contribui para nova apreensão visual da paisagem.

Em consequência da nova configuração viária, melhorias como iluminação, sinalização, e outros “benefícios” creditados à urbanização, foram positivamente recebidas. Contudo, ao criar acessos que contribuiriam também para melhorias visíveis nas áreas mais próximas, alguns efeitos, de certo modo menos perceptíveis – melhor observados por quem reside ou trabalha no local – podem ser atribuídos à nova configuração da área: o proprietário de uma banca situada nas imediações do trecho urbanizado (segundo o qual, “antes, nem tinha rua”), relatou que houve melhora no movimento de seu comércio; contudo, informou que em certos períodos, especificamente aos sábados à tarde, ocorre um esvaziamento da mesma rua; assim, com o risco de assaltos, o comércio das proximidades não costuma funcionar nos finais de semana.

4 | IMPACTO DE VIZINHANÇA

Quando um edifício de grande porte é implantado em qualquer lugar, especialmente em uma área urbana, total ou parcialmente consolidada, além dos eventuais transtornos provocados no período de sua construção, as mudanças em sua vizinhança serão certamente percebidas. Considerando-se sua relação com o

entorno e sua situação futura (funcionamento), os impactos gerados por esse edifício (positivos e negativos) produzirão mudanças atribuídas à inserção do novo “objeto”, muito além das alterações visíveis da paisagem. Neste caso, tomando-se a vizinhança como a região mais próxima do edifício, e destacando-se a relação espacial deste com suas áreas lindeiras, constataremos como a estrutura urbana pode ser também alterada.

Para uma eficaz investigação desses impactos, tanto positivos como negativos, impõe-se o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) instrumento de política urbana previsto e exigido nestes casos³. Sobre o EIV, Rogério Rocco (2008) afirma que sua principal característica é a “democratização das decisões proferidas sobre a possibilidade de instalação, ou não, de determinados empreendimentos a serem realizados na cidade” (ROCCO, p. 25); o que reforça sua importância no contexto das relações e da gestão urbanas. No entanto, embora o EIV seja amplamente difundido e sua implementação já tenha sido consolidada em muitos municípios, muitas vezes ainda é negligenciado quanto à sua exigência e aplicabilidade.

Em decorrência de mudanças aparentemente favoráveis, constatadas pelos efeitos positivos que a abertura e iluminação de uma rua pode trazer, as melhorias na urbanização de uma determinada área são geralmente bem aceitas. Admite-se também como positiva, a perspectiva de melhora na qualidade de vida da população, eventualmente motivada por um novo empreendimento construído nas imediações. Contudo, considerando-se também os conflitos que tais mudanças podem vir a provocar, além dos transtornos imediatos da sua construção, os impactos futuros da inserção de um empreendimento de grande porte devem ser previstos, de modo a propor soluções para problemas gerados. Consequências como gentrificação (admitindo-se seus aspectos negativos e positivos), geração ou aumento do tráfego, adensamento populacional, poluição ambiental e sobrecarga nas infraestruturas urbanas, entre outras questões, devem ser consideradas, com o objetivo de minimizar os efeitos potencialmente negativos. Também, para evitar maiores transtornos, o estudo deve buscar formas de atender equilibradamente à área do entorno – nos termos do EIV, denominada “área de influência direta”⁴.

Embora os responsáveis pela construção do empreendimento não tenham submetido um EIV para a aprovação do edifício⁵, vale citar que, em resposta à

3 Conforme o “Estatuto da Cidade” (Lei Federal 10.257/2001) o Estudo de Impacto de Vizinhança deve ser regulamentado por Lei municipal, para os “empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana”, (art.36) e deverá “contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades” (art. 37).

4 “Área de Influência Direta” (AID), constitui a delimitação de uma região do entorno de um empreendimento (cuja aprovação é condicionada ao EIV), designando um perímetro no qual os potenciais impactos poderão incidir mais diretamente. Indicada de acordo com um “Termo de Referência” (TR) elaborado como roteiro para cada relatório de impacto (resultante do EIV), a AID é determinada pelos responsáveis pela análise de impactos, conforme a especificidade (grau de impacto) do edifício ou atividade.

5 No caso em referência, o projeto submetido à aprovação na Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) não teve um EIV aprovado, em virtude do próprio empreendedor ter argumentado que sua licença para construção teria sido requerida em período anterior à obrigatoriedade do Estudo. (Informações da PMVV).

solicitação dos moradores do bairro territorialmente mais próximo, foi determinado e intermediado pelo Ministério Público do Espírito Santo (MPES), um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Poder Público Municipal, os responsáveis pelo empreendimento e representantes da Associação dos Moradores do Bairro Divino Espírito Santo – bairro com características de uso predominantemente residencial e, potencialmente, a área mais influenciada e maior alvo de algumas ações condicionadas à aprovação para construção do edifício.

O “Termo de Ajustamento de Conduta” (TAC) é um instrumento jurídico previsto pela Lei Federal nº 7.347/85 “para implementação de medidas destinadas a assegurar o primado do meio ambiente ecologicamente equilibrado” (MPES, p. 6). Em seu conteúdo são delineadas algumas considerações gerais e específicas, cujo principal propósito é determinar ações preventivas ou complementares para minimizar os efeitos impostos “em especial no meio ambiente natural e urbano, decorrentes do aumento do trânsito e redução da permeabilidade da região” (p.5).

Considerando a motivação do referido documento, e o contexto em que foi elaborado, (partindo de mobilização iniciada dez meses antes de ser firmado entre os envolvidos), fica clara a intenção de compensar a ausência do Estudo de Impacto de Vizinhança, assim como “apurar possíveis irregularidades no procedimento de licenciamento da construção” do edifício do *shopping* (p. 1). Assim, o Termo, além de buscar a conciliação entre os moradores da vizinhança e os empreendedores, propõe ações mitigadoras e compensatórias dos impactos a serem gerados na área, decorrentes da implementação do edifício. Como questões primariamente colocadas por um eventual EIV (que neste caso deveriam ter a mesma eficácia), nesse TAC são listadas obrigações e providências ao encargo do empreendedor, consideradas necessárias para se evitar o desequilíbrio do ambiente urbano e minimizar os impactos, principalmente negativos, a serem provocados ao seu entorno, e que poderão atingir toda a população.

5 | ÁREAS DE INFLUÊNCIA

Aqui tomamos de empréstimo o conceito de “área de influência direta”, com vistas a auxiliar na avaliação das relações do objeto com seu entorno imediato. O mapa que se segue (Figura 7) mostra a região anteriormente analisada quanto aos aspectos estruturais e da paisagem urbana, na comparação entre os dois períodos definidos, antes e depois da inserção do edifício do *shopping center*. Na imagem estão demarcadas as três áreas que foram avaliadas, inicialmente quanto às mudanças visuais, considerados como os primeiros impactos decorrentes da presença do edifício.

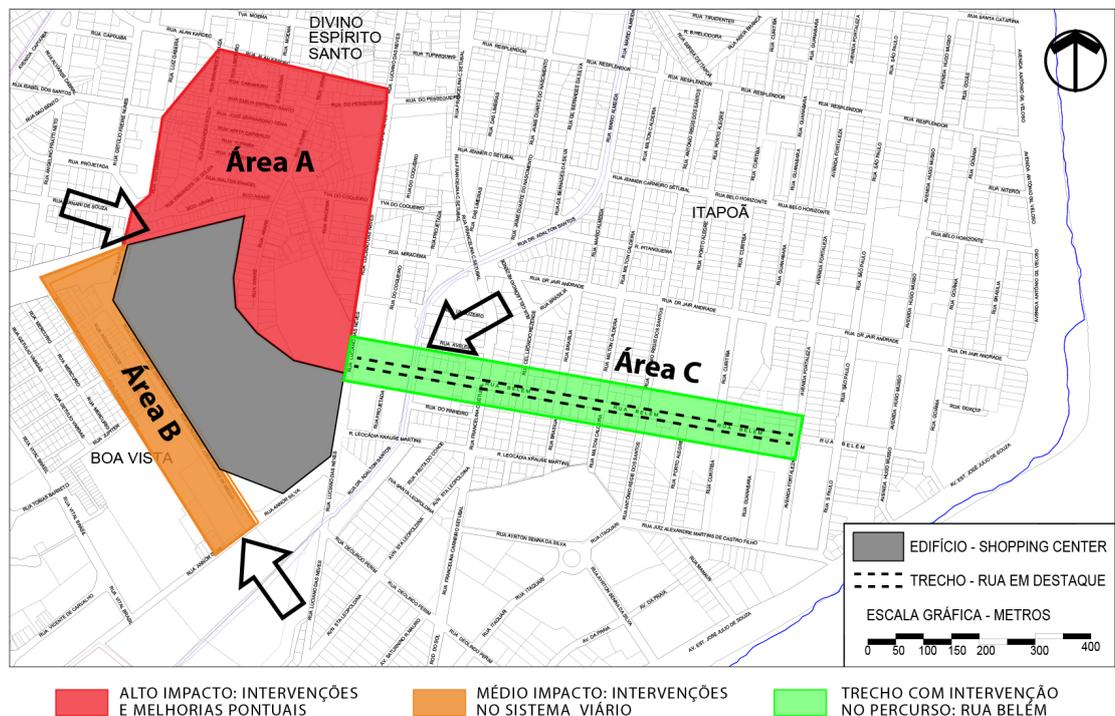


Figura 7 – região em que se insere o estudo, com a demarcação de 3 áreas de influência, classificadas como A, B, e C, de acordo com os impactos negativos imediatos causados (conf. legenda) Desenho sobre mapa de AutoCad

(Fonte: restituição cartográfica - PMVV)

Para uma verificação mais próxima, as áreas em destaque (A, B e C) foram percorridas (a pé e de automóvel, propositalmente em um feriado, na intenção de observar mais facilmente a configuração das ruas, sem o usual movimento de veículos) e fotografadas nos pontos indicados por setas. O objetivo é demonstrar as impressões relacionadas à configuração da área, em consequência das melhorias físicas então consolidadas, considerando suas condições anteriores e a situação atual. Inicialmente, tomamos a “área A”, indicada (Fig. 7) que ocupa boa parte do Bairro Divino Espírito Santo.

Como já mencionado, trata-se de um bairro de uso predominantemente residencial, que abriga uma rede de comércio local. Contudo, a região ainda enfrenta sérios problemas quanto à segurança dos moradores e dos cidadãos do entorno, além da carência de alguns serviços básicos, com precariedade em sua infraestrutura e em alguns pontos de seu sistema viário⁶. A proposta de inserção de um *shopping center* em um terreno limdeiro ao bairro, desde o início chamou a atenção dos moradores, que, por ocasião da obra, antes mesmo de sua instalação, e por meio de ação popular, conquistaram efetiva participação na elaboração e acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, como já relatado, com o interesse em reivindicar

⁶ O bairro “Divino Espírito Santo”, entre as 3 áreas analisadas, é o de menor densidade populacional (devido ao maior número relativo de residências unifamiliares), menor renda média; maior taxa de mortalidade (4,7/mil hab.); menor taxa de alfabetização 96,5%; entre os demais bairros cujas áreas foram analisadas, também é o mais carente em serviços como coleta de lixo e abastecimento de água, entre outros serviços de infraestrutura urbana. (fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha - www.vilavelha.es.gov.br)

melhorias estruturais e implantação de equipamentos públicos.

Essas melhorias, algumas já realizadas na região, resultam ainda insuficientes para que o alto impacto sofrido pela região venha a ser compensado, a despeito das alegações dos responsáveis pelo empreendimento, de que os moradores da região seriam favorecidos, por exemplo, como a possibilidade de ofertas de emprego. Entretanto, permanecem algumas carências estruturais e equipamentos públicos e serviços urbanos que o bairro necessita, à espera do cumprimento de medidas determinadas, de acordo com os prazos estabelecidos pelo TAC, ainda a serem executadas por parte do empreendedor.



Figura 8 – (esq.) Vista da rua posterior ao edifício do *shopping center*, em que se notam algumas melhorias (praça com equipamentos de ginástica).

(Fonte: acervo pessoal)

Figura 9 – (dir.) Vista da mesma rua, em ponto inverso. Neste ponto, já se observam deficiências devido à descontinuidade da rua, com poucas mudanças estruturais.

(Fonte: acervo pessoal)

Como mostram as imagens (Figuras 8 e 9), colhidas no local (conforme indicado na Fig. 7), ocorreram melhorias na iluminação, pavimentação e sinalização das ruas do bairro – medidas previsíveis e, de certo modo, básicas quando se trata de urbanização. Não por acaso, devido à sua volumetria e localização, o shopping foi implantado com suas divisas de fundos com a área do bairro, constatando-se que existem problemas acarretados pela presença do edifício, à espera de soluções, assim como as melhorias ainda necessárias.



Figura 10 – (esq.) Vista da Av. Luciano das Neves, via arterial e de grande fluxo em dias úteis; na margem esquerda, ao fundo, o Fórum da cidade; à direita, o ponto de confluência com a Rua Juscelino Kubistchek (Fig.11);

(Fonte: acervo pessoal)

Figura 11 – (dir.) Vista da Rua Juscelino Kubistchek, à esquerda, o edifício da universidade, que faz frente a um dos acessos ao shopping;

(Fonte: acervo pessoal)

O trecho designado como “área B”, também indicada na Fig. 7, configura-se como uma área diferenciada da anterior, embora também caracterizada como prioritariamente residencial⁷. Como característica peculiar, a área abriga dois importantes equipamentos institucionais – o Fórum da cidade e uma Universidade (situados no trecho em destaque), que foram melhor favorecidos pela proximidade com o *shopping center* (Figuras 10 e 11).

Em virtude dessa proximidade, o edifício da universidade – já existente antes da construção do novo edifício (Figura 11), localizado em uma área lindeira ao *shopping*, foi diretamente beneficiado quanto ao acesso e à visibilidade. A rua que separa os dois edifícios recebeu significativas melhorias (ampliação, pavimentação, iluminação e sinalização), que complementaram e facilitaram o acesso ao shopping e também à universidade, interligando ambos os edifícios (ver também Fig.14). Visto que, pela função de cada edifício, ambos – *shopping center* e universidade, são grandes atrativos de fluxos de pessoas, sendo potenciais geradores de tráfego de veículos, as melhorias mais significativas que a rua recebeu (reestruturada e praticamente reconstruída), justificam-se por esta atratividade. Contudo, ao serem beneficiados alguns fluxos e facilitados novos percursos, observamos que foi prioritariamente valorizada a mobilidade dos automóveis.

Finalmente, a área designada como “área C”, também indicada no mapa (Fig. 7): o trecho em análise faz parte do Bairro Itapuã, região também predominantemente

7 A área “B” pertence a parte de dois bairros: Boa Vista 2 e Vista da Penha, que possuem alta densidade populacional (devido à sua pequena extensão territorial), baixa taxa de mortalidade (3,4/mil hab.), renda média e taxa de alfabetização mais elevadas em relação ao bairro Divino Espírito Santo (área A); sendo bem servidos de serviços de coleta de lixo e abastecimento de água. (fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha - www.vilavelha.es.gov.br)

residencial, que possui relativa diversidade⁸. A área mais próxima do novo acesso ao *shopping center* recebeu inicialmente mudanças estruturais facilmente visíveis, como iluminação melhorada em uma praça próxima e em seu entorno, resultando positivamente na segurança do lugar. O destaque para esta área justifica-se também pelas transformações ocorridas em função da já mencionada desobstrução do trecho final da rua (conf. Figuras 5 e 6): anteriormente à construção do edifício, esta mesma rua era descontinuada e mal iluminada, carecendo de estruturação; porém, com a inclusão do edifício do *shopping*, as mudanças ocorridas foram significativas e rapidamente percebidas.



Figura 12 – (esq.) Vista da ponte (Rua Belém), a partir do ponto de vista em destaque (Fig. 4);
(Fonte: acervo pessoal)

Figura 13 – (dir.) Vista da mesma rua, em ponto de visada inverso: veículos em direção ao edifício do shopping
(Fonte: acervo pessoal)

As imagens desta rua (Figuras 12 e 13) evidenciam seu aspecto atual, podendo-se observar sua nova configuração e as transformações mais perceptíveis. Tão logo foram concluídas as primeiras obras estruturantes, houveram alterações no percurso viário, com o previsível aumento no trânsito de veículos; neste caso, prioridades também para os automóveis. Entretanto, no caso da rua Belém, houve também uma mudança positiva quanto à visibilidade atribuída ao local em destaque nas imagens: em conversa com moradores das imediações, questionados se as ações de melhoria foram aprovadas, e se houve aumento da segurança no lugar, a maioria respondeu positivamente. Contudo, uma moradora mais próxima do local alegou que, embora a construção da ponte seja um fator positivo, facilitando o acesso ao *shopping*, a sensação de segurança é acompanhada do favorecimento do acesso de possíveis “visitantes indesejados”.

8 O bairro “Itapuã”, segundo mais populoso da cidade de Vila Velha-ES, também com alta densidade populacional (grande número de unidades residenciais multifamiliares), possui uma boa rede local de comércio e serviços, que atende também aos bairros vizinhos; com índices socioeconômicos entre os mais favorecidos da cidade, e mais elevados em comparação com as demais áreas deste estudo. (fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha - www.vilavelha.es.gov.br)

Não obstante os aspectos positivos apontados, ao constatarmos que o sistema viário (Fig. 14) foi o principal foco das transformações e melhorias locais, podemos considerar atual a afirmação de Jane Jacobs a respeito das decisões e prioridades quando se buscam soluções para os problemas urbanos: “as necessidades dos automóveis são mais facilmente compreendidas e satisfeitas do que as complexas necessidades das cidades” (JACOBS, 2000, p.6).



Figura 14 – Rua Juscelino Kubistchek, vista do trecho da rua onde observa-se à direita, o edifício de uma universidade; ao fundo, parte dos edifícios que foram construídos posteriormente.

(Fonte: acervo pessoal)

Na tentativa bem-intencionada de atender às questões relativas à mobilidade e à acessibilidade, requeridos frequentemente nos planos de desenvolvimento das cidades, por vezes, incorre-se no equívoco de acreditar que muitos problemas da cidade serão solucionados simplesmente buscando-se soluções para os problemas de trânsito:

As cidades apresentam preocupações econômicas e sociais muito mais complicadas do que o trânsito de automóveis. Como saber que solução dar ao trânsito antes de saber como funciona a própria cidade e de que mais ela necessita nas ruas? É impossível. (JACOBS, 2000, p.6)

Considerando as especificidades e as diferenças entre as três áreas destacadas e o contexto de seus respectivos bairros, constatamos também sua diversidade – característica recomendável à cidade; diversidade esta que, em certa medida, já existia antes do novo edifício. Podemos admitir ainda, que a implantação de um edifício de grande porte no local, trouxe o que a mesma autora classifica como “diversidade derivada”: segundo Jacobs, este tipo de diversidade “se aplica aos empreendimentos que surgem em consequência da presença de usos principais, a fim de servir às pessoas atraídas pelos usos principais” (JACOBS, 2000, p. 178).

No caso em estudo, tal diversidade tornou-se possivelmente ampliada, devido aos tipos de uso das áreas vizinhas, em alguns aspectos diferenciadas entre si, e

também à proximidade de outros equipamentos – a Universidade e o Fórum, que, como observamos, foram em grande parte, os maiores beneficiados pelas mudanças ocorridas.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

“As ruas constituem as principais paisagens das cidades” (JACOBS, 2000, p.421). Esta afirmação sustenta, em grande medida, as percepções de mudanças na paisagem urbana da área em análise. Desde as melhorias estruturais ocorridas no local, até a criação de novas perspectivas visuais, priorizando a inserção do *shopping center*, as principais mudanças estão diretamente vinculadas ao traçado e à morfologia das ruas.

Considerando que a cidade é um território dinâmico e, portanto, em constante transformação, ao longo do tempo constatamos que a paisagem urbana passa inevitavelmente por alterações. Os efeitos “positivos” da urbanização, como melhorias na iluminação, ruas amplas e pavimentadas, novas praças, equipamentos urbanos, entre outros benefícios, vão sendo bem recebidos e absorvidos, uma vez que fazem parte das expectativas do viver na cidade (a que todos devem ter direito). Por outro lado, as consequências negativas, que muitas vezes não são percebidas de imediato, como o aumento da densidade populacional, intensificação de fluxo de veículos e impermeabilização do solo natural – cujas sutis consequências não são assim tão “sutis”, estarão presentes. Como cidadãos, muitas vezes confundimos com “progresso”, os resultados de ações que incidem antes sobre a paisagem, e em seguida, na vida de todos que compartilhamos do mesmo espaço urbano, onde a paisagem se define.

Como observado nos trechos destacados nesta análise, as áreas que sofreram as consequências diretas da presença do edifício, devido às suas características e especificidades, foram modificadas em sua estrutura muito além de seus aspectos visuais. Contudo, e também em razão destas especificidades, o modo de percepção provavelmente deu-se de formas diferentes, talvez pelas próprias necessidades já existentes antes e as necessidades geradas após. Um grande empreendimento comercial como tantos outros que eventualmente são construídos na cidade, cuja inserção acaba por revelar interesses mercadológicos, não apenas configura-se como mais um objeto percebido no espaço urbano, como certamente produz impactos e conflitos, não obstante os argumentos positivos alegados pelos seus promotores.

Ao verificarmos mudanças ocorridas em um curto período de tempo, fica também evidente que um edifício inserido em uma grande área vazia (por um longo tempo disponível à especulação imobiliária), apesar de possíveis argumentos contrários à sua implantação, produz alguns resultados positivos. Entretanto, como consequências “naturais” de mudanças muitas vezes impostas, os impactos negativos (por se

tratarem de ações humanas sobre a *paisagem natural*), serão também incorporados ao cotidiano das pessoas; valendo admitir a afirmação de Cullen, de que “através da observação da cidade construída pela especulação ou pelas autoridades locais é-se forçado a constatar que esta concepção de paisagem urbana não tem sido respeitada” (1983, p. 135).

Finalmente, ainda considerando diferenças morfológicas e também diferentes necessidades estruturais, estes impactos provocarão efeitos de modo diferente. Em termos práticos, a apreensão da nova paisagem pode ser a primeira mudança percebida, quase sempre, e genericamente, de modo positivo. Entretanto, se estas mudanças forem somente produzidas na intenção de facilitar a ocupação predatória de parte da cidade, priorizando a circulação do automóvel e em detrimento da circulação dos pedestres, a paisagem da cidade precisa ser reinventada.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. **Lei Federal Nº 7.347**, 24 de julho de 1985. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm>

_____. Estatuto da Cidade: **Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>

CORRÊA, Renato L. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Editora Ática, 4ª Edição, 2003.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MASCARÓ, Juan Luís (org). **Infraestrutura da Paisagem**. Porto Alegre, RS. Masquatro Editora, 2008. ISBN 978-85-99897-04-1.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO – Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha. **Termo de Ajustamento de Conduta** – 18 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/2185a970-4dad-4a33-b52d-a2d411f603ea.pdf>>

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2ª Edição, 2000.

LYNCH, Kevin. **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA - ES. **Perfil Socioeconômico por Bairros**. Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão – Subsecretaria de Planejamento. Estudos & Pesquisas, Vila Velha, outubro de 2013. Revisão nº 02. - Disponível em: <<https://www.vilavelha.es.gov.br>>

ROCCO, Rogério. **Estudo de Impacto de Vizinhança – instrumento de garantia do direito às cidades sustentáveis**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009 – 2ª edição.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 4ª Edição, 2008.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciana Pavowski Franco Silvestre - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso sexual 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10
Acadêmicos 37, 62, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 74, 75, 86, 88, 89, 90
Adoção 74, 75, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90
Amostragem 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217
Antropologia 78, 108, 142
Assistência técnica 58, 92, 93, 94, 102
Aura 181, 182, 183, 184, 190, 191

B

Brasil 1, 2, 3, 5, 9, 11, 12, 20, 22, 23, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 47, 48, 49, 57, 59, 62, 63, 65, 74, 75, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 102, 110, 112, 113, 117, 119, 121, 122, 128, 129, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 194, 204, 205, 217, 218, 242

C

Cadeias de custódias 1, 7
Capital intelectual 130, 131, 132, 133, 135, 140
Centro de atenção psicossocial 22, 26, 33
Choque 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191
Cidade 1, 2, 3, 4, 10, 17, 18, 23, 26, 33, 53, 54, 59, 62, 86, 93, 94, 95, 96, 113, 114, 115, 142, 143, 145, 185, 212, 215, 226, 228, 229, 234, 238, 239, 240, 241, 242
Cinema 174, 175, 177, 179
Contabilidade 13, 20, 21, 48, 49, 64, 65, 66, 72, 219, 220, 221, 222, 225
Curso de direito 90

D

Deficiência 174, 175, 177, 178, 179, 180
Desenvolvimento regional 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 120
Dignidade humana 174, 176, 178

E

Economia 12, 13, 15, 42, 46, 48, 49, 51, 63, 107, 115, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 193, 195, 198, 215
Empoderamento feminino 130
Estatuto da criança e do adolescente 91
Ética 3, 11, 27, 38, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 90, 133, 179, 219, 220, 221, 222, 225
Experiência 23, 24, 30, 31, 33, 52, 53, 55, 60, 63, 76, 78, 79, 80, 82, 88, 89, 92, 93, 119, 128, 130, 131, 169, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190

F

Família 6, 10, 11, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 56, 57, 58, 74, 82, 83, 86, 88, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 113, 116, 117, 125, 128, 134, 143, 146, 174, 179, 195, 243

Familiares 7, 9, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 53, 56, 62, 107, 118, 125, 132, 150

Fenomenologia 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 162, 164

I

Impacto de vizinhança 226, 233

Inclusão social 12, 13, 94, 140, 178

Infração 219, 222, 224

J

Justiça restaurativa 34, 36, 37, 38, 39

M

Migração interna 105, 112, 119, 120

Moda 78, 141, 166, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 191

Morte 79, 142, 143, 145, 151, 152, 153, 154, 242

Morto 142, 143, 150, 152, 153

Mundo da vida 155, 156, 157, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

P

Paisagem urbana 226, 227, 229, 235, 241, 242

Pesquisa científica 11, 34, 37

Pesquisas eleitorais 193, 194, 195, 196, 198, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218

Princípios morais 64

Probabilidade 193, 197, 199, 202, 209, 210, 213, 214

Profissional 4, 6, 24, 25, 33, 44, 52, 55, 59, 60, 64, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 94, 102, 116, 194, 219, 221, 222, 224, 225

Projeto civis 92, 94

Q

Quotas 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 208, 212, 213, 214, 215, 216, 217

R

Razão de sexo 105, 114, 115

Rede de ação comunicativa 155, 156, 163, 165, 167

Relações de gênero 63, 105, 106, 107, 108, 110, 118, 124, 127, 128

Representação 42, 125, 142, 143, 146, 163, 187, 201, 208

Revitimização 1, 3, 4, 5, 7, 10

Revolução tecnológica informacional

S

Saúde criança 93, 103, 104

Saúde mental 7, 9, 11, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33

Sociedade em rede 155, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 170, 171, 172

T

Taxa líquida de migração 105, 111, 115

Trabalho 4, 6, 7, 15, 18, 19, 25, 26, 33, 35, 40, 42, 43, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 82, 89, 93, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 156, 168, 174, 176, 181, 182, 186, 187, 188, 204, 220, 229

U

Universidades 34, 35, 37, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51

V

Vítimas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 36, 93, 109

Vivência 26, 125, 126, 181, 184, 185, 186, 190

Z

Zona rural 53, 115, 130, 131

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-689-8

